



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - CGIC
Concurso Público (Aplicação: 10/07/2011)
Cargo: Contador E-101

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

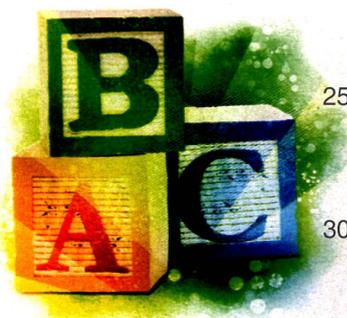
- Verifique, nos espaços devidos do CARTÃO-RESPOSTA, se o número de controle é o mesmo que está ao lado do seu nome na folha de chamada. Caso o número de controle não corresponda ao que está nessa folha, comunique imediatamente ao fiscal de prova. Não se esqueça de assinar seu nome no primeiro retângulo.
- Marque as respostas das questões no CARTÃO-RASCUNHO, a fim de transcrevê-las, com caneta esferográfica preta ou azul, de ponta grossa, posteriormente, no CARTÃO-RESPOSTA.
- Não pergunte nada ao fiscal, pois todas as instruções estão na prova. Lembre-se de que uma leitura competente é requisito essencial para a realização da prova.
- Não rasure, não amasse nem dobre o CARTÃO-RESPOSTA, para que ele não seja rejeitado pela leitora.

Leia, com atenção, o texto abaixo e responda às questões de 01 a 05.



Deixem em paz a nossa língua

...por favor, não tentem defender nos-
so português de estrangeirismos: a língua não
precisa ser defendida. Ela é soberana. Ela é fle-
xível. Ela é viva. Nenhum gramático ou legisla-
5 dor, brilhante ou tacanho, poderá botar essa da-
ma em camisa de força, nem a conter num regi-
me policialesco. Ela continuará sua trajetória,
talvez sacudindo a cabeça diante das nossas de-
sajeitadas tentativas de controlá-la. Como dirá
10 qualquer bom professor de português, ou qual-
quer linguista dedicado, estudioso, uma parcela
imensa dos termos que hoje usamos, que por
muito usados pela classe culta foram dicionari-
zados — o dicionário sempre corre atrás da rea-
15 lidade —, começou como estrangeirismo. Não
preciso citar, mas cito, garagem do francês, fute-
bol do inglês, coquetel da mesma forma. A lín-
gua incorpora esses termos se são úteis, e os
adapta ao seu sistema. Botou o “m” final em mi-
20 rragem, por exemplo, porque no nosso sistema as
palavras não terminam em “age”.



Muitos termos não podem
ser traduzidos: quem diz isso é
esta velha tradutora que dedicou
25 a isso milhares de horas de sua
vida. E não é possível formar
frases decentes, fluidas, claras,
expressivas como devem ser as
frases, se a cada “estrangeiris-
30 mo” tivermos de fazer um ro-
deio, uma explicação da palavra
intraduzível. Isso, além do mais,
nos colocaria na rabeira do mun-
do civilizado e globalizado, onde palavras —
35 como objetos de bom uso — circulam de um lado
para outro, pousam aqui ou ali, adaptam-se, ou
simplesmente passam. Quando não passam, é por-
que são necessárias, e acabam colocadas entre as-
pas ou em itálico. Línguas altamente civilizadas
40 usam “estrangeirismos” livremente, sem culpa
nem preconceito, como fator de expressividade.
Isso nem as humilhou, nem as perverteu: ficaram
enriquecidas. Nós é que precisamos lutar contra
uma onda terceiro-mundista, uma postura de infe-
45 rioridade que nos faz gastar energias que poderiam
ser aplicadas em algo urgente como um orçamento
vinte vezes maior para a educação do nosso povo.

26 | 11 DE MAIO, 2011 | veja [adapt.]

01

O objetivo principal do texto é

- explicitar a necessidade de os gramáticos repensarem a estrutura da língua portuguesa.
- citar palavras de origem estrangeira que foram incorporadas à nossa língua.
- explicar o processo de tradução de palavras estrangeiras.
- denunciar o uso abusivo de palavras estrangeiras em detrimento das nacionais.
- criticar uma tentativa de restringir o emprego de palavras estrangeiras em nosso país.

02

De acordo com o texto, das afirmações abaixo

- Em **Nenhum gramático ou legislador, brilhante ou tacanho, poderá botar essa dama em camisa de força, nem a conter num regime policialesco.** (linhas 4 a 7), as palavras sublinhadas se referem à **língua portuguesa**.
 - Os estrangeirismos corrompem a língua pátria, instaurando um processo de imposição cultural nos países que permitem o uso de termos importados.
 - A dicionarização se ocupa de registrar vocábulos que foram incorporados ao léxico pelo serviço prestado aos usuários da língua.
- apenas a I está correta.
 - apenas a I e a III estão corretas.
 - apenas a II está correta.
 - apenas a II e a III estão corretas.
 - apenas a III está correta.

03

Segundo o texto, **colocar a língua em camisa de força** significa

- (a) tornar a língua portuguesa mais acessível aos usuários.
- (b) flexibilizar o uso de algumas palavras coloquiais.
- (c) restringir o uso de termos técnicos.
- (d) eliminar expressões de uso regional.
- (e) enquadrá-la conforme os padrões linguísticos nacionais.

04

Na palavra **intraduzível**, o elemento **in** tem o mesmo significado de

- (a) **des**, em desorganizar.
- (b) **inter**, em interdisciplinar.
- (c) **a**, em anormal.
- (d) **contra**, em contrapor.
- (e) **pre**, em preestabelecer.

05

Das afirmações abaixo,

- I) Na frase **Nós é que precisamos lutar contra uma onda terceiro-mundista**,... (linhas 43, 44), **é que** poderia ser retirada, sem alterar o sentido, porque se trata, apenas, de uma expressão de realce.
 - II) No segmento **A língua incorpora esses termos se são úteis, e os adapta ao seu sistema.**, as palavras sublinhadas estabelecem, respectivamente, uma relação de condição e de adição.
 - III) Há um equívoco no uso dos travessões (linhas 14 e 15) que deveriam ser substituídos por parênteses.
- (a) apenas a I está correta.
 - (b) apenas a I e a II estão corretas.
 - (c) apenas a II e a III estão corretas.
 - (d) apenas a II está correta.
 - (e) apenas a I e a III estão corretas.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

06

Em linux, usando o aplicativo “Terminal”, utilizado para a digitação de comandos, possuindo as permissões necessárias, o comando que lista arquivos, de forma longa, em ordem de data e hora de criação ou alteração e o comando que lista, de forma longa, em ordem de tamanho são, respectivamente,

- (a) ls -lt e ls -ls.
- (b) ls -ld e ls -ll.
- (c) ls -lh e ls -lt.
- (d) ls -ls e ls -li.
- (e) ls -ll e ls -lj.

07

Nos editores dos pacotes OpenOffice, BrOffice e LibreOffice, os atalhos Ctrl+Z e Ctrl+A servem, respectivamente, para

- (a) enviar o texto para a impressora e deixar todo o texto em negrito.
- (b) desfazer o último comando e selecionar tudo.
- (c) gerar arquivo no formato pdf e enviar para a impressora.
- (d) selecionar tudo e enviar para a impressora.
- (e) deixar todo o texto em negrito e enviar para a impressora.

08

Nos editores dos pacotes OpenOffice, BrOffice e LibreOffice, na configuração padrão, uma das formas possíveis de “Salvar como” está no formato

- (a) Corel Draw (.cdr).
- (b) Microsoft Word 97/2000/XP (.doc).
- (c) Portable Network Graphics (.png).
- (d) Arquivo executável (.exe).
- (e) Arquivo em lote (.bat).

No mecanismo de busca Google, no recurso de Pesquisa Avançada (em português), disponível em http://www.google.com.br/advanced_search?hl=pt-BR, é possível definir

- I) a cor das páginas exibidas como resultado de uma busca.
- II) o número de resultados exibidos por página.
- III) o idioma dos resultados.
- IV) a região (país) onde estão armazenados os resultados.

Das afirmativas acima

- (a) apenas a I e a II estão corretas.
- (b) apenas a II e a III estão corretas.
- (c) apenas a II, a III e a IV estão corretas.
- (d) apenas a I e a IV estão corretas.
- (e) apenas a III e a IV estão corretas.

10

Em relação ao armazenamento de informações, uma das tecnologias mais utilizadas atualmente é conhecida pela sigla USB, que significa

- (a) Ultrasonic Safety Barrament.
- (b) Udrive Safety Backs.
- (c) Universal Serial Bus.
- (d) Ubiety Safety Barrament.
- (e) Ultraviolet Serialise Backup.

II

A contabilidade aplicada ao setor Público, para atendimento da legislação pertinente à sua execução, evidencia registros voltados aos aspectos

- (a) orçamentários, financeiros, custos, agropastoris.
- (b) orçamentários, patrimoniais, financeiros, industriais.
- (c) patrimoniais, financeiros, custos, comerciais.
- (d) patrimoniais, financeiros, compensados, custos.
- (e) financeiros, orçamentários, patrimoniais, agropastoris.

12

Na Administração Pública Federal, segundo a estrutura de seu plano de Contas, os bens, direitos e obrigações e situações não compreendidos no contexto patrimonial, mas que são atos em potencial capazes de afetar o resultado patrimonial, são lançados utilizando contas do sistema

- (a) Financeiro.
- (b) Patrimonial.
- (c) Custos.
- (d) Compensado.
- (e) Patrimonial e Compensado.

13

A previsão da receita e fixação da despesa, na Administração Pública Federal, estabelecidas e aprovadas na lei orçamentária, são registradas, respectivamente, segundo o plano de contas, utilizando os seguintes grupos:

- (a) 2.9 Passivo Compensado e 1.9 Ativo Compensado.
- (b) 4. Receita e 3. Despesa.
- (c) 1. Ativo e 2. Passivo.
- (d) 1.9 Ativo Compensado e 2.9 Passivo Compensado.
- (e) 6.1 Resultado aumentativo do exercício e 5. Resultado diminutivo do exercício.

14

Os regimes contábeis aplicados à Administração Pública Federal, segundo a lei 4.320/64, para despesa e receita são, respectivamente:

- (a) Caixa e Competência.
- (b) Misto e Caixa.
- (c) Competência e Caixa.
- (d) Custos e Competência.
- (e) Competência e Misto.

15

Segundo o art. 37 da lei 4.320, as despesas de exercícios anteriores podem ser reconhecidas no exercício vigente, desde que, entre outras situações previstas no referido artigo, tenham como causa

- (a) não emissão de empenho no exercício de sua ocorrência.
- (b) restos a pagar com prescrição interrompida.
- (c) despesa realizada de forma emergencial.
- (d) despesa não liquidada no exercício em que foi empenhada.
- (e) empenho anulado no exercício de sua emissão.

16

Com base nas contas e saldos abaixo, o resultado orçamentário Corrente e de Capital é, respectivamente,

Receita Corrente prevista	10.000,00
Receita Corrente realizada	8.000,00
Ingressos extra orçamentários	2.000,00
Receita de Capital prevista	8.000,00
Receita de Capital realizada	6.000,00
Despesa corrente fixada	10.000,00
Despesa corrente executada	5.000,00
Desembolso extra orçamentário	1.000,00
Despesa de Capital fixada	8.000,00
Despesa de Capital executada	4.000,00

- (a) Déficit Orçamentário 3.000,00 e 2.000,00
- (b) Superávit Orçamentário 5.000,00 e 4.000,00
- (c) Déficit Orçamentário 5.000,00 e 4.000,00
- (d) Superávit Orçamentário 2.000,00 e 4.000,00
- (e) Superávit Orçamentário 3.000,00 e 2.000,00

17

As despesas empenhadas e liquidadas e não pagas são inscritas, contabilmente, para o exercício seguinte como

- (a) restos a pagar não processados.
- (b) obrigações a pagar.
- (c) despesa de exercícios anteriores.
- (d) restos a pagar processados.
- (e) despesa a empenhar no exercício vigente.

18

Com base no Rol de contas abaixo, o resultado financeiro do exercício é

Conta Única do tesouro nacional	20.000,00
Crédito a receber salário família	2.000,00
Depósitos de diversas origens – terceiros	10.000,00
Fornecedores do exercício	1.000,00
Pessoal a pagar do exercício	1.500,00
Bens móveis	5.000,00
Dívida Ativa	2.000,00

- (a) Déficit Financeiro 9.500,00
- (b) Superávit Financeiro 12.500,00
- (c) Superávit Financeiro 9.500,00
- (d) Déficit Financeiro 12.500,00
- (e) Superávit Financeiro 7.500,00

19

O resultado financeiro do exercício, a partir das Demonstrações Contábeis previstas na lei 4320/64, é calculado com base no

- (a) BF – Balanço Financeiro.
- (b) BO – Balanço Orçamentário.
- (c) DVP– Demonstrativo das Variações Patrimoniais.
- (d) DRE – Demonstrativo do Resultado do exercício.
- (e) BP – Balanço Patrimonial.

Com base nas informações abaixo, considerando a execução orçamentária do exercício financeiro, o valor das Variações Orçamentárias Ativas, Variações Orçamentárias Passivas e das Mutações Patrimoniais é, respectivamente,

Compra de Material de expediente.....	5.000,00
Realização de Receita corrente Orçamentária	3.000,00
Compra de equipamento	1.000,00
Alienação/Venda de Ativo Permanente.....	500,00
Receita corrente prevista.....	6.000,00
Despesa Fixada.....	5.000,00

- (a) 6.000,00; 6.000,00; 1.000,00.
 (b) 9.000,00; 10.000,00; 6.500,00.
 (c) 5.000,00; 3.000,00; 4.000,00.
 (d) 6.000,00; 5.000,00; 500,00.
 (e) 3.000,00; 5.000,00; 1.500,00.

21

Um Órgão Público Federal contratou um prestador de serviço, pessoa física, para realizar uma determinada tarefa, a um preço de: R\$ 1.000,00. Considerando que este foi o único serviço executado pelo fornecedor durante o mês, e que ele não fez nenhuma contribuição previdenciária no mês,

- I) o valor líquido a ser pago ao prestador do serviço é de R\$ 890,00.
 II) o órgão contratante deverá recolher ao INSS, a título de obrigação patronal, o valor de R\$ 178,00.
 III) o órgão contratante deverá descontar do prestador de serviço o valor de R\$ 110,00 referente à previdência social e recolher ao INSS.
 IV) o valor líquido recebido pelo prestador do serviço foi de R\$ 1.000,00.
 V) o órgão contratante deverá recolher ao INSS, a título de obrigação patronal, o valor de R\$ 200,00.

Com base na legislação previdenciária, lei 8212/91 e regulamentos, das afirmativas acima,

- (a) apenas a IV e a V estão corretas.
 (b) apenas a II e a IV estão corretas.

- (c) apenas a I, a II e a III estão corretas.
 (d) apenas a I, a III e a V estão corretas.
 (e) apenas a II e a III estão corretas.

22

A NBCT 16.9, referente às Normas Brasileiras de Contabilidades Aplicadas ao Setor Público, do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), trata da Depreciação, Amortização e Exaustão. Os bens passíveis de aplicação de Depreciação, Amortização e Exaustão são, respectivamente,

- (a) veículos; terrenos; software.
 (b) veículos; software; recursos minerais.
 (c) bens intangíveis; recursos minerais; móveis e utensílios.
 (d) bens culturais; bens intangíveis; edificações.
 (e) móveis e utensílios; recursos naturais; software.

23

A criação do SIAFI – Sistema integrado de administração financeira do governo federal teve, como principais objetivos,

- (a) padronização de procedimentos, bem como a unificação dos recursos financeiros e automatização da escrituração.
 (b) execução do orçamento de forma descentralizada.
 (c) controle patrimonial individualizado por UO (Unidade Orçamentária).
 (d) elaboração das propostas orçamentárias anuais de forma centralizada.
 (e) maior controle no acompanhamento na aprovação das leis orçamentárias.

24

O controle interno, na União, no âmbito do Poder Executivo, é exercido pelo(a)

- (a) Tribunal de Contas da União.
 (b) Advocacia Geral da União.
 (c) Congresso Nacional.
 (d) Controladoria Geral da União.
 (e) Superior Tribunal Federal.

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas a partir de 2008, através das NBCT 16, trazem, como principal ideia, a convergência da Contabilidade Pública Brasileira às normas internacionais. **Na NBCT 16.6 sobre Demonstrações Contábeis foi criado, além das demonstrações já existentes,**

- (a) Demonstrativo do resultado do Exercício.
- (b) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (c) Demonstração das Variações Orçamentárias.
- (d) Demonstração do fluxo de caixa; Demonstração do resultado econômico.
- (e) Relatório de Gestão Fiscal.

Segundo o art. 37 da Constituição Federal, são princípios constitucionais da Administração pública:

- (a) legalidade, economicidade, publicidade, transparência, eficácia.
- (b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.
- (c) economicidade, exclusividade, eficácia, concorrência, celeridade.
- (d) impessoalidade, eficácia, moralidade, transparência, legalidade.
- (e) publicidade, anterioridade, moralidade, transparência, interesse público.

A Administração Pública Brasileira Indireta é composta por

- (a) Ministério público, Empresas públicas, Sociedades de economia mista, Fundações públicas.
- (b) Autarquias, Empresas públicas, Tribunais de contas, Fundações públicas.
- (c) Autarquias, Empresas públicas, Sociedades de economia mista, Fundações públicas.
- (d) Ministérios, Empresas públicas, Sociedades de economia mista, Fundações públicas.
- (e) Autarquias, Empresas públicas, Sociedades de economia mista, Organizações não governamentais.

Segundo o princípio orçamentário da exclusividade, o orçamento não conterá matéria diferente da previsão da receita e fixação da despesa, EXCETO

- (a) as despesas identificadas após a aprovação do orçamento.
- (b) as receitas identificadas após a aprovação do orçamento.
- (c) as dívidas de exercícios anteriores.
- (d) créditos suplementares e contratação de créditos (ainda que por antecipação de receita).
- (e) despesas com processos precatórios.

O PPA (Plano Plurianual), Instrumento de planejamento governamental de longo prazo, com vigência (União, Estados e Municípios) de 4 anos (do segundo exercício financeiro do mandato até o final do primeiro exercício subsequente), é de iniciativa exclusiva do

- (a) Chefe do Poder Legislativo.
- (b) Chefe do Poder Judiciário.
- (c) Tribunal de Contas como ação preventiva.
- (d) Ministério Público, no interesse da população.
- (e) Chefe do Poder Executivo.

A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) têm, como prazo de vigência,

- (a) um exercício financeiro para as duas legislações.
- (b) um exercício financeiro para a LOA e dois para a LDO.
- (c) quatro exercícios financeiros para as duas legislações.
- (d) quatro exercícios financeiros para a LDO e um exercício para LOA.
- (e) um exercício financeiro para LDO e dois para LOA.

31

Os créditos adicionais podem ser classificados em

- (a) Orçamentários e extra-orçamentários.
- (b) Vinculados e Discricionários.
- (c) Correntes e de Capital.
- (d) Suplementares, Especiais e Extraordinários.
- (e) Financeiros e patrimoniais.

32

De acordo com o art. 43 da lei 4.320/64, uma das fontes de recursos para Créditos Suplementares e Especiais é (são)

- (a) recursos de convênios.
- (b) créditos oriundos de cancelamento de empenho do exercício.
- (c) recursos extras – orçamentários.
- (d) créditos oriundos de cancelamento de restos a pagar.
- (e) o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

33

O estágio da despesa pública em que ocorre a verificação (da origem e objeto, valor e a quem se deve pagar) do direito do credor, tendo como base os títulos e documentos (contrato, nota de empenho e comprovantes de entrega de material ou prestação de serviço), é definido, segundo a lei 4320/64, como

- (a) empenho.
- (b) liquidação.
- (c) pagamento.
- (d) fixação.
- (e) previsão.

34

A Receita pública, até o ingresso nos cofres públicos, passa pelos seguintes estágios:

- (a) previsão, empenho, liquidação e recolhimento.
- (b) lançamento, liquidação, recolhimento e arrecadação.
- (c) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (d) fixação, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- (e) previsão, pagamento, recolhimento e arrecadação.

35

Segundo o princípio da imunidade recíproca, art. 150, VI da CF, é vedado à União, Estados, Municípios e DF instituir **impostos uns dos outros**. Essa vedação é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público. **Os impostos alcançados pela respectiva imunidade referem-se a**

- (a) circulação de mercadoria objeto de pesquisa.
- (b) impostos sobre serviços de fornecedores ao serviço público.
- (c) patrimônio e circulação de mercadorias em geral.
- (d) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (e) circulação de mercadorias e obras realizadas pelo poder público.

36

Nas assertivas abaixo aquela que contém somente impostos de competência da União é:

- (a) Imposto sobre a renda e Imposto sobre operações financeiras.
- (b) Imposto sobre importações e Imposto sobre circulação de mercadorias.
- (c) Imposto sobre exportações e Imposto sobre propriedade de veículos automotor.
- (d) Imposto sobre propriedade territorial urbana e Imposto sobre grandes fortunas.
- (e) Imposto sobre serviços e Imposto sobre circulação de mercadorias.

Segundo o Art. 64. da lei 9.430/1996, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP. **Assim é correto afirmar que**

- (a) o fornecedor após prestação do serviço deve apresentar DARF comprovando que recolheu os tributos, para receber pelos serviços prestados.
- (b) o órgão ou entidade que efetuou o pagamento não é responsável pela retenção.
- (c) o órgão ou entidade que efetuou o pagamento deve apenas comunicar a Receita Federal sobre o Pagamento.
- (d) o fornecedor no momento da prestação de serviços deve informar a Receita Federal pelo pagamento para posterior declaração de ajuste.
- (e) a obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

Segundo o Art. 176 da lei 6404/76, ao fim de cada exercício social, a diretoria das Sociedades fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia, e as mutações ocorridas no exercício. Constam, no referido artigo, as seguintes demonstrações:

- I) Balanço orçamentário; Demonstração dos fluxos de caixa.
- II) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados.
- III) Demonstração do resultado do exercício; Balanço orçamentário.
- IV) Demonstração do valor adicionado, se companhia aberta; Balanço orçamentário.

Das afirmativas acima

- (a) apenas a I e a II estão corretas.
- (b) apenas a III está correta.
- (c) apenas a II e a III estão corretas.
- (d) apenas a II está correta.
- (e) apenas a III e a IV estão corretas.

Conforme normas contábeis, a pessoa jurídica, ao final de cada exercício, deverá promover o levantamento e avaliação dos estoques. Para tanto, deverá adotar critérios de mensuração.

Dentre as alternativas abaixo, a opção que contém um critério aceito pela legislação do Imposto de Renda é

- (a) UEPES (último a entrar primeiro a sair).
- (b) Custo padrão.
- (c) Custo médio.
- (d) Custo global.
- (e) Avaliação pelo valor de mercado.

A observância dos princípios fundamentais de contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade nas Normas Brasileiras de Contabilidade. (NBC)

Dentre os citados abaixo, o que tem como característica reconhecer o patrimônio como objeto da contabilidade, afirmando a autonomia patrimonial, não podendo confundir o patrimônio da organização ou instituição com o de seus sócios ou proprietários, é o

- (a) da Entidade.
- (b) da Prudência.
- (c) da Competência.
- (d) da Continuidade.
- (e) da Oportunidade.